

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
GRUPO DE ESTUDOS DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO
AMBIENTE - GEDMMA

RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA:
MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E CONSEQÜÊNCIAS SÓCIO-
AMBIENTAIS: A IMPLANTAÇÃO DO PÓLO SIDERÚRGICO NA ILHA DE SÃO
LUÍS-MA

Prof Dr Horácio Antunes de Sant`Ana Júnior

(Pesquisador, Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia e
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA)

Prof Msc Elio de Jesus Pantoja Alves

(Pesquisador, Professor Assistente do Departamento de Sociologia e Antropologia
da UFMA)

São Luís
maio de 2009

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropólogos
ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Brasil
AMAVIDA – Associação Maranhense para a Conservação da Natureza
BECA – Bolsa de Estudos para a Conservação da Amazônia
BIC – Bolsa de Iniciação Científica
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCH – Centro de Ciências Humanas
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
DESOC – Departamento de Sociologia e Antropologia
EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária
FAPEMA – Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
GEDMMA – Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos
GTA – Grupo de Trabalhos da Amazônia
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
PIBIC – Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
RESEX – Reserva Extrativista
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
SEMIC – Seminário de Iniciação Científica
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

1 APRESENTAÇÃO

O projeto “Modernidade, Desenvolvimento e Conseqüências Sócio-Ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA” é executado pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCS/UFMA). Para sua execução, o Grupo de Estudos contou com sala de trabalho e reuniões, equipamentos de informática, material de escritório e apoio técnico da UFMA, com recursos dos pesquisadores, com bolsas de Mestrado (CAPES/FAPEMA) e de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq, BIC/FAPEMA e IEB/BECA), com Apoio Financeiro do CNPq obtido através do Edital MCT/CNPq 61/2005 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, e registrado sob o Processo 401095/2006.

O GEDMMA é um Grupo de Pesquisa registrado no Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq. É composto por professores do Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) da UFMA; alunos dos Mestrados em Ciências Sociais, Sustentabilidade de Ecossistemas e Saúde e Ambiente (todos da UFMA); aluna de Doutorado em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidad de Cordoba (Espanha); alunos de graduação em Ciências Sociais, Geografia, Filosofia, Direito; profissionais em Geografia, Direito e Ciências Aquáticas. Atualmente, é coordenado pelo Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior e pelo Prof. Ms. Elio de Jesus Pantoja Alves.. Em 2006, a coordenação do Centro de Ciências Humanas da UFMA (CCH/UFMA) atendeu uma solicitação do GEDMMA, que passou a dispor de uma sala para suas reuniões, instalação de material de escritório e informática e realização dos trabalhos de pesquisa. Esta sala está localizada no Subpiso do Bloco 6 do CCH. O Grupo dispõe, também, de uma estagiária, cedida pelo Núcleo de Assistência Estudantil da UFMA, que presta serviços de Secretaria e atendimento ao público.

O GEDMMA está articulado ao Grupo de Pesquisa “Relações de Trabalho, Poder e Ecologia”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/URRJ), através da participação no projeto de pesquisa “Projetos

Socioambientais na Amazônia Brasileira – Atores e Trajetórias”, coordenado pela Profa. Dra. Neide Esterici e conta com a participação da Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA). O GEDMMA participa, também, do Projeto “Amazônia e Paradigmas de Desenvolvimento”, coordenado pelos Profs. Drs. Sergio Figueiredo Ferretti (UFMA) e José Ricardo Ramalho (UFRJ) e que articula grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCS/UFMA). Este projeto é financiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROCAD/CAPES).

A pesquisa “Modernidade, Desenvolvimento e Conseqüências Sócio-Ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA” alia o interesse no exame dos projetos de desenvolvimento e de modernização econômica e suas conseqüências sociais e ambientais, em especial na Amazônia brasileira, com o caso concreto da instalação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís, focando no debate público existente em torno desta questão. Busca detectar quais são os variados agentes, coletivos e individuais, envolvidos neste debate, quais são suas posições, quais os conflitos internos a cada instituição ou segmento social, quais os instrumentos de divulgação de suas posições. Procura mapear e analisar os discursos de defesa e de oposição à instalação do Pólo, bem como, as iniciativas concretas que estão sendo tomadas para sua efetivação. Considerando a ameaça de deslocamento compulsório¹ dos povoados existentes na área destinada à implantação do pólo, através de trabalho etnográfico, procura conhecer a organização social, cultural e econômica local com destaque para as relações com o ambiente natural, bem como, para os impactos detectáveis da possível implantação do Pólo Siderúrgico e de suas conseqüências; a história social e os vínculos afetivos (patrimônio cultural) entre os grupos sociais, o território e seus recursos. Verifica, ainda, o processo de instalação da Reserva Extrativista do Taim e sua inserção no debate público em torno da instalação do Pólo.

¹ Almeida (1996, p. 30) define deslocamento compulsório como sendo “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

O presente relatório busca apresentar as atividades realizadas, os resultados obtidos e aqueles que ainda estão em andamento. Os primeiros esforços de pesquisa demonstraram que um importante processo, diretamente relacionado com a busca de instalação do pólo de siderurgia, refere-se ao pleito de instalação da Reserva Extrativista (RESEX) do Taim, demandado por organizações sociais e/ou lideranças dos povoados situados na ou nas proximidades da porção geográfica que seria destinada ao pólo. Assim, a demanda pela RESEX do Taim foi alçada para o centro da construção do objeto da pesquisa, apesar de não constar do título apresentado na elaboração do Projeto de Pesquisa. Aqui, um elemento da realidade pesquisada se impôs aos pesquisadores e, por isso, assume papel relevante na apresentação dos resultados da pesquisa.

2 INTRODUÇÃO

O Projeto de Pesquisa teve como intuito investigar a implantação do Pólo Siderúrgico na Ilha do Maranhão², município de São Luís, suas conseqüências sócio-ambientais e sua relação com a instalação, em curso, da Reserva Extrativista do Taim.

2.1 O pólo siderúrgico

O projeto de implantação de um pólo siderúrgico no Município de São Luís, cuja discussão pública ocorre desde 2001, envolveu uma ampla negociação da qual fizeram parte, diretamente, os poderes executivos federal, estadual e municipal, que proporcionariam a infra-estrutura necessária, incluindo a concessão da área para as instalações físicas e de isenções fiscais, além da regularização dos aspectos legais que viabilizassem sua instalação; os legislativos estadual e municipal; a iniciativa privada, através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)³, que apontava, em 2004, o interesse de grupos empresariais estrangeiros no empreendimento, tais como Baosteel Shanghai Group Corporation (chinês), Arcelor (francês), Pohang Steel Company-Posco (sul-coreano) e Thyssen Krupp (alemão), sendo que as negociações, visando o estabelecimento de parceria, estariam, então, mais adiantadas com os dois primeiros.

A iniciativa de instalação do pólo siderúrgico articula-se com o conjunto de medidas de desenvolvimento destinadas à exploração do potencial mínero-metalúrgico da Amazônia Oriental, denominado Programa Grande Carajás (CARNEIRO, 1989, 1995 e 1997; MENDONÇA, 2006; MONTEIRO, 1995 e 1997), do qual é mais uma conseqüência. O Programa Grande Carajás surgiu a partir das investidas do regime ditatorial instalado a partir de 1964, no sentido da industrialização e, conseqüente, modernização do país e que previa, concomitante e associadamente, a integração da Amazônia à dinâmica econômica do país (BUNKER, 1988; CARDOSO E MULLER, 1977; SANT'ANA JÚNIOR, 2004). Desta forma, o Governo Federal planejou a instalação de infra-estrutura básica (construção de grandes estradas de rodagem que cruzassem toda a região, ferrovias, portos, aeroportos,

² Na formulação do Projeto de Pesquisa, foi utilizada a denominação corrente de Ilha de São Luís, que foi incorporada ao título do Projeto. No entanto, o aprofundamento dos estudos demonstrou que a denominação correta é Ilha do Maranhão, que passou a ser utilizada no corpo dos trabalhos e textos produzidos.

³ Desde 2007, a Companhia Vale do Rio Doce passou a ser divulgada pelo nome de fantasia Vale. A partir deste momento, no presente relatório, passaremos a usar esta denominação.

usinas hidroelétricas) que permitisse a rápida ocupação da região, entendida, então, como um grande vazio demográfico e, poderíamos falar mesmo, como um “vazio cultural”⁴. A integração à economia nacional e internacional dar-se-ia principalmente através da instalação de grandes projetos de desenvolvimento destinados à exploração mineral, florestal, agrícola e pecuária.

Fundamentando este grande projeto, estava uma leitura do Brasil como um país de grandes potencialidades econômicas, porém com atrasos e déficits em seu processo de desenvolvimento que deveriam ser supridos a partir de uma intensa atuação do Estado⁵. Esta atuação era percebida pelos planejadores oficiais como um eficiente instrumento de promoção do desenvolvimento e da modernidade (BUNKER, 1988; IANNI, 1979). Retomar a discussão sobre o Projeto Grande Carajás, a partir de um caso empírico imediato (a tentativa de instalação do pólo siderúrgico de São Luís), significa aprofundar a discussão sobre as concepções vigentes de modernidade (DOMINGUES, 1999a e 1999b; EINSENSTADT, 1987; WAGNER, 1994) e de desenvolvimento (ESCOBAR, 1996; ESTEVA, 2000; VIOLA RECASENS, 2000), procurando desnaturalizar e, mesmo, desconstruir estas concepções tão presentes e influentes na formulação de políticas públicas, na implementação de grandes projetos e no cotidiano das pessoas comuns. Esta retomada pode ajudar a pensar também em como as concepções, planejamentos e práticas formuladas no período ditatorial continuam presentes no Brasil contemporâneo.

O Programa Grande Carajás visava criar as condições de exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas na região de Marabá, no sul do estado do Pará. Para tanto, além das minas destinadas à extração do minério, dentre as medidas tomadas destacam-se a construção da extensa estrada de ferro que liga as minas ao litoral maranhense (Estrada de Ferro Carajás) e a construção do Complexo Portuário de São Luís, também conhecido como Complexo Portuário do Itaqui (composto por um porto público: o Porto do Itaqui, administrado pelo Governo do Estado do Maranhão, através da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, e dois portos privados: o Porto

⁴ Esse “vazio cultural” estaria ligado ao fato de os gestores e empresários desconsiderarem os saberes, técnicas, arranjos sociais dos grupos que ocupam a região amazônica, o que justificaria a introdução das técnicas, ditas modernas, legitimadas pelos processos produtivos que têm como objetivo precípuo o abastecimento dos mercados nacional e internacional (MENDONÇA, 2006).

⁵ Cabe ressaltar que esta visão ainda hoje é dominante nos projetos de desenvolvimento elaborados para o Maranhão, com um diferencial marcado pelo destaque maior dado à iniciativa privada, principalmente a partir dos anos 1990.

da Ponta da Madeira, administrado pela Vale, e o Porto da Alumar, administrado pelo Consócio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR). Ao longo da Estrada de Ferro Carajás, o Programa Grande Carajás estimulou a instalação de uma série de usinas produtoras de ferro-gusa (somente no estado do Maranhão encontram-se em funcionamento, atualmente, oito usinas). Estas usinas utilizam o carvão vegetal como redutor e insumo energético. Este carvão vem sendo sistematicamente obtido através do abate da porção maranhense e sul-paraense da Floresta Amazônica e de formas ilegais de exploração da mão-de-obra (CARNEIRO, 1989 e 1995; MONTEIRO, 1995 e 1997). Nos últimos trinta anos, a utilização da madeira florestal para obtenção de carvão vegetal, aliada à extração da madeira de lei para o mercado nacional e internacional, provocou a quase total extinção da porção maranhense de Floresta Amazônica.

O planejamento de um pólo siderúrgico para São Luís constitui-se em desdobramento do Programa Grande Carajás, pois seria composto de usinas siderúrgicas destinadas ao beneficiamento em larga escala da produção do minério de ferro obtido no sul do Pará (somente na primeira fase, previa-se a produção de 3,7 milhões de toneladas de placas de aço). Este empreendimento teria a vantagem adicional de minorar os custos com transporte, pois se localizaria proximamente ao Complexo Portuário de São Luís, cujos portos são equipados para exportação em grande escala de minérios, de seus derivados e de produtos agrícolas. Além disso, o projeto inicial do pólo prevê a utilização do carvão mineral extraído na China. Esta possibilidade é apresentada oficialmente como uma alternativa ao uso do carvão vegetal e, conseqüentemente, uma medida que viria a minorar o processo de desmatamento da Floresta Amazônica. No entanto, não se pode deixar de considerar o efeito altamente vantajoso para os empreendedores de manter os navios sempre carregados de aço ou de carvão, o que diminuiria extraordinariamente os custos com transporte (a Vale obtém boa parte de seus lucros com o transporte oceânico). Além disso, todo o projeto poderia contar com a disponibilidade de energia elétrica advinda das hidrelétricas do Rio Tocantins (Tucuruí, já em funcionamento e instalada no Sul do Pará, e de Estreito, em construção na divisa do Maranhão com o Tocantins), das respectivas redes de transmissão para São Luís e de mão-de-obra abundantes e baratas (FORUM CARAJÁS, 2006).

Em 2001, o Governo do Estado do Maranhão assinou um protocolo de intenções com a Vale com vistas à construção do pólo siderúrgico. No projeto original do pólo, a área destinada às instalações físicas das três usinas previstas seria de 2.471,71 hectares, localizados entre o Porto do Itaqui e o Povoado Rio dos Cachorros, na região administrativa municipal do Itaqui/Bacanga. Em 2004, esta área foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Estado do Maranhão (Decretos nº 20.727-DO, de 30-08-2004, e nº 20.781-DO, de 29-09-2004), o que implicaria no deslocamento compulsório de seus moradores e/ou daqueles que a utilizam de forma produtiva. Estes moradores são estimados em mais de 14.400 pessoas distribuídas em doze povoados (Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira).



Figura 1. Povoados ameaçados de deslocamento para implantação do Pólo Siderúrgico

Fonte: Laudo Socioeconômico e Biológico da Resex do Taim

Visando viabilizar o deslocamento daqueles que atualmente ocupam a área destinada ao pólo, o Governo do Estado e a Vale contrataram a empresa paulista Diagonal Urbana Consultoria LTDA para fazer o Diagnóstico Sócio-Organizativo da área (MENDONÇA, 2006). A Diagonal entrou em contato direto com os moradores, levantou dados e chegou a marcar com tinta preta e numeração as casas das famílias que deveriam

ser deslocadas (com exceção das casas dos povoados Rio dos Cachorros, Taim e Porto Grande, nos quais os moradores resistiram e impediram esta marcação). Paralelamente, a Companhia Vale do Rio Doce instalou uma draga na praia próxima ao Povoado do Cajueiro, que retira areia do local e visa aumentar a profundidade das águas para garantir a navegação de navios de grande calado. Esta draga trouxe problemas e prejuízos para os pescadores do povoado, que afirmam ter diminuído a quantidade de peixes e crustáceos e aumentado a sensação de insegurança com relação às possibilidades de permanência no local.

Desde 2004, a presença e atuação da empresa de pesquisa Diagonal na área prevista para a instalação do pólo suscitaram uma série de incertezas e expectativas nos moradores. Aliada às notícias veiculadas na imprensa e aos momentos públicos de debate (audiências públicas, reuniões, assembléias de associações de moradores, sermões e pregações nas igrejas), esta presença já provoca impactos no modo de vida (CÂNDIDO, 1997) e na organização social destes moradores. O diagnóstico da área, aliado ao debate público suscitou uma movimentação incomum nos povoados que seriam atingidos e, através de suas associações de moradores, igrejas e outras instâncias, a discussão sobre estas possibilidades tomou corpo (MENDONÇA, 2006).

Surgiu, com o debate em torno da instalação do pólo, a perspectiva de que, devido à proximidade daquela área com o Complexo Portuário de São Luís e com a Estrada de Ferro Carajás, a mesma esteja recorrentemente na meta de empreendimentos industriais. Assim, os moradores da região se dividem em, pelo menos, duas posições: a) os que, diante da aparente inevitabilidade do deslocamento, posicionam-se favoravelmente ao mesmo e buscam obter ganhos nos processos de indenização e de negociação quanto aos futuros locais de moradia; b) aqueles que acreditam que existem possibilidades de resistência e não querem abrir mão de seus territórios e de seu modo de vida, ancestralmente construído.

Por outro lado, a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís, em vigor desde 1992, situa a área planejada para instalação do pólo siderúrgico na Zona Rural II do município de São Luís. Isto se constituiu em um empecilho legal para a efetivação imediata do pólo, pois, segundo a Lei acima citada, empreendimentos industriais somente podem ser implantados em Zona Industrial. Visando eliminar esta dificuldade, a Prefeitura de São Luís encaminhou à Câmara Municipal um

projeto de alteração desta Lei, convertendo a área em Zona Industrial. Essa ação do executivo municipal abriu uma ampla polêmica pública. Como a legislação brasileira prevê que alterações em leis de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo devem ser precedidas de consultas à população a ser afetada, o projeto de lei do executivo municipal provocou a realização de audiências públicas, envolvendo os mais variados grupos sociais do município e ocorrendo em locais diversos (igrejas e associações de moradores, Universidade Federal, hotéis, Associação Comercial de São Luís), e acalorados debates no Plenário na Câmara, bem como, a mobilização de moradores e de organizações que atuam na área, de entidades ambientais e populares, de entidades empresariais. Constituiu-se, assim, um amplo debate público, com posições polarizadas entre os defensores e os contrários à instalação do pólo, tendo como principal fonte de expressão a imprensa local.

Dentre os defensores da instalação do pólo com maior presença nos debates locais, podemos destacar a Vale, os governos municipal e estadual, setores do empresariado local, parte dos moradores dos povoados da área prevista para instalação do pólo siderúrgico.

Por outro lado, questionando a viabilidade sócio-ambiental do pólo siderúrgico, constituiu-se o Movimento Reage São Luís, inicialmente composto pelas seguintes entidades: Associação Maranhense para a Conservação da Natureza (AMAVIDA), Associação dos Geólogos do Estado do Maranhão, Central de Movimentos Populares, Fórum de Saneamento Ambiental, Fórum Maranhense das Cidades, Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, União por Moradia. Este movimento buscou realizar ações conjuntas com outras forças sociais contrárias à instalação do pólo, estabelecendo alianças com moradores das localidades em vias de serem atingidas, setores empresariais, universidades, entidades e grupos de organização de professores e funcionários, estudantes, setores governamentais.

No debate público constituído em torno do tema, vários agentes sociais se pronunciaram, segundo pontos de vista diferenciados e interesses múltiplos. Os que defendiam a instalação do pólo em São Luís apontavam como principais virtudes do projeto o incremento do desenvolvimento econômico da capital e do estado, possibilitando melhorar os baixos índices de desenvolvimento econômico e humano que marcam o

Maranhão no conjunto da federação⁶; a criação de milhares de empregos diretos e indiretos; a diversificação da estrutura social local, com a ampliação das oportunidades de emprego qualificado; a incorporação de novas tecnologias produtivas, contemplando as mais modernas práticas administrativas e de prevenção de impactos ambientais; a ampliação das possibilidades de produção local de ciência e tecnologia, através da formação de mão-de-obra especializada e do fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa; a melhoria na balança comercial brasileira, na medida em que agrega valor ao minério produzido no país, através de sua industrialização local e da redução de sua exportação *in natura*.

Aqueles que se posicionam contrariamente ao empreendimento (ou, ao menos, à sua instalação na área prevista⁷), através da imprensa local e de outros instrumentos de participação no debate público (reuniões, panfletos, participação em eventos), produziram e divulgaram análises técnicas e considerações quanto à pertinência da implantação de empreendimento de tamanho porte na Ilha do Maranhão.

Dentre estes argumentos, destacam-se duas ordens de problemas que se constituiriam como possíveis conseqüências da implantação do pólo:

- 1) **impactos ambientais:** aumento do consumo de água (equivalente a 207 milhões de litros por dia, o que corresponde à totalidade de consumo atual da população do município de São Luís); emissão de 2,4 mil litros de vapor d'água por segundo, carregados de resíduos sólidos e a emissão de 1,5 toneladas de dióxido de Carbono para cada tonelada de aço produzida; alterações climáticas significativas; ameaça de destruição de 10 mil hectares de manguezais, ecossistema no qual parte da população explora tradicionalmente os recursos pesqueiros, tanto para o consumo próprio, como para a produção de excedentes destinados ao mercado local, e que se constitui em uma das áreas de reprodução do peixe-boi, espécie marinha ameaçada de extinção;
- 2) **impactos sociais:** deslocamento compulsório de cerca de 14.400 pessoas distribuídas nas doze localidades situadas na área destinada ao pólo, algumas delas centenárias e outras localizadas ali há mais de meio século; atração de

⁶ O Maranhão é considerado, atualmente, o estado brasileiro com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

⁷ Uma alternativa apontada pelo Movimento Reage São Luís seria a implantação do pólo no continente, no município de Bacabeira, que fica a cerca de 40 km da Ilha do Maranhão.

grande contingente populacional para o município de São Luís, sem a devida infra-estrutura urbana para abrigá-lo e sem áreas para expansão urbana que respeitem os níveis de sustentabilidade ambiental; ampliação da violência urbana; saturação dos serviços e equipamentos disponíveis no município.

A pressão de entidades e grupos sociais contrários à implantação do pólo não impediu que a Câmara Municipal aprovasse a mudança na Lei. No entanto, esta mesma pressão levou à alteração do projeto inicialmente enviado pelo Executivo Municipal. Foram excluídas as áreas de preservação permanente, constituídas das nascentes e cursos d'água existentes e as áreas de recarga de aquíferos⁸, o que reduziu a área convertida em Zona Industrial para 1.068 hectares (FORUM CARAJÁS, 2006). Desta forma, o distrito industrial se restringiria à instalação de uma usina siderúrgica (ao invés das três inicialmente previstas). Contudo, não se pode deixar de considerar que, se instalada esta usina, os povoados e as áreas do entorno continuariam sujeitas a sofrer impactos, com o conseqüente desequilíbrio dos seus ecossistemas.

Segundo o noticiário local, a redução da área disponibilizada para o pólo teria frustrado a expectativa de sua instalação e a Vale teria abandonado o projeto. Contudo, atualmente, o Governo do Estado e Vale têm retomado as negociações e a Empresa Diagonal foi novamente contratada para fazer levantamentos com vistas ao deslocamento dos povoados localizados na área convertida em Zona Industrial, para a instalação de uma usina siderúrgica de grande porte.

2.2 A Reserva Extrativista do Taim

Na disputa pelo controle e uso da área em questão, algumas associações de moradores de localidades em vias de serem deslocadas, capitaneadas pela Associação de Moradores do Taim, solicitaram do CNPT/IBAMA⁹, que desse andamento ao pedido de

⁸ Devido à sua conformação geológica, de forma afunilada, estas áreas acumulam águas das chuvas que, ao passarem para o subsolo, recarregam os aquíferos de água potável que abastecem parte da população da Ilha do Maranhão. A impermeabilização do solo, para construção das usinas siderúrgicas poderia diminuir o processo de recarga e comprometer estes aquíferos, pois os mesmos sofrem permanentes pressões das águas salgadas do mar e sua não recarga pode levá-los à salinização.

⁹ O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT) constituía-se em um órgão integrado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), criado através da portaria nº 22 de 10/02/1992 e tem a finalidade de promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas por grupos sociais classificados como *populações tradicionais*, através de suas entidades representativas, e/ou indiretamente, através dos órgãos

constituição da Reserva Extrativista que vinha sendo discutido desde 1996 e que foi demandado, através de abaixo assinado, no ano de 2003. Segundo Alberto Catanhede Lopes, mais conhecido como Beto¹⁰, a demanda pela Reserva Extrativista é anterior ao debate em torno do projeto do pólo siderúrgico e corresponde ao anseio de regularizar o uso e controle do território¹¹ ancestralmente ocupado e a manutenção das possibilidades de reprodução social do grupo. Estas possibilidades de reprodução estão sendo permanentemente ameaçadas, desde a década de 1980, pela instalação e funcionamento de grandes indústrias minero-metalúrgicas, como o consórcio ALCOA/ALUMAR, a Vale e sucursais administrativas de indústrias petrolíferas, como a PETROBRÁS, além da existência da Estrada de Ferro Carajás, do Complexo Portuário de São Luís. Estes empreendimentos implicaram em deslocamentos compulsórios de vários povoados e uma série de problemas ambientais. Além disso, devidos às excepcionais condições logísticas, a instalação de novos empreendimentos industriais é uma possibilidade constante de novos deslocamentos dos povoados, que estão localizados em uma área em que a regularização fundiária é muito insipiente, o que os fragiliza quanto à posse e controle do território.

O IBAMA, desta forma, seguindo a legislação ambiental brasileira e atendendo à demanda local, abriu o processo de implantação da RESEX do Taim. A solicitação de instalação da RESEX do Taim configura-se, atualmente, como um dos desdobramentos conflituosos que surgiram da mobilização crescente dos povoados ameaçados pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento na Ilha do Maranhão. A área proposta para a Reserva fica na porção sudoeste da Ilha do Maranhão, abrangendo os povoados Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá-Mirim, na qual localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim.

governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de organizações não-governamentais. Na página eletrônica do IBAMA, figura um histórico do CNPT que apresenta dentre suas atribuições: “criar, implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam”. Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através da lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o CNPT está, atualmente, integrado a este novo órgão federal. www.icmbio.gov.br e www.ibama.gov.br (Consultados em 12 de outubro de 2008).

¹⁰ Liderança no Povoado do Taim, dirigente nacional do MONAPE (Movimento Nacional de Pescadores) e do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico).

¹¹ Adotamos, aqui, a noção de território como sendo o espaço socialmente construído (LITTLE, 2002).



Figura 02: Área proposta para a criação da Reserva Extrativista do Taim

Fonte: Laudo Socioeconômico e Biológico da Resex do Taim, IBAMA, 2007.

As reservas extrativistas são uma modalidade de unidade de conservação ambiental, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000¹², que contemplam a presença de população humana e atividades econômicas de baixo impacto ambiental e que garantam a conservação dos recursos naturais (SANT’ANA JÚNIOR, 2004; SANT’ANNA, 2003). Seu processo de instalação é resultante de demanda, junto ao IBAMA, por parte de grupos sociais organizados que pleiteiam a condição de “população tradicional”, conforme o previsto no SNUC. A categoria legal “população

¹² O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza prevê dois tipos de unidades de conservação: 1) de proteção integral e 2) de uso sustentável. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” e são compostas por sete categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; **Reserva Extrativista**; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. As Unidades de Proteção Integral têm por objetivo básico “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” e são compostas pelas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000. Grifo nosso).

tradicional” consta da Lei que constituiu o SNUC que, no entanto, não a conceitua explicitamente. Assim, em torno da mesma, configurou-se uma disputa pela definição de seu conteúdo.

No âmbito normativo, o momento histórico de definição do que seria *populações tradicionais* ocorreu na elaboração da lei que instituiu o SNUC. Conforme Sant’Anna (2003), durante os debates para a elaboração do SNUC, surgiram problemas quanto à inclusão da categoria *populações tradicionais* no referido documento.

Um desses problemas foi decorrente da definição de *população tradicional* como uma “população culturalmente diferenciada”, o que poderia incluir, por exemplo, os indígenas e excluir vários grupos de extrativistas. Isto levaria a questionamentos jurídicos quanto a quais populações mereciam estar inseridas nas unidades de conservação de uso sustentável e qual sentido seria reconhecido para o termo *tradicional*.

Sant’Anna (2003) afirma que, no texto aprovado pela Câmara Federal e enviado para sanção presidencial, a categoria acabou sendo vetada pelo Presidente da República, devido à dificuldade de definição do que seria uma *população tradicional*, salientando que

para muitos que se envolveram na elaboração do SNUC, o veto representou a melhor solução possível naquele momento, pois não restringia ou generalizava, mas abria espaço para que cada grupo social interessado em participar do sistema de unidades de conservação fosse avaliado segundo seu caso específico. (SANT’ANNA, 2003, p. 123).

Vários pesquisadores, através de seus estudos, procuraram contribuir na construção de uma definição mais apropriada de população tradicional. Almeida e Cunha (2001, p 192), interferiram nesta disputa apresentando a seguinte definição:

populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (por meio de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.

Mais recentemente, no dia 07 de fevereiro de 2007, foi publicado o Decreto nº 6.040¹³ em que consta a mais recente definição normativa dessa categoria e que se reproduz

¹³ Decreto Federal que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm). Consultado na Internet em 20/06/2007).

na Instrução Normativa nº 01¹⁴ do recém criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, transcrita abaixo:

população tradicional: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, pp. 101 e 102).

No âmbito da definição sócio-antropológica, Lobão (2006) enfatiza que o conceito de *populações tradicionais*, no Brasil, inicialmente, tinha um sentido ligado à história dos povos amazônicos, já que foi da Amazônia que se originou o movimento de construção de visibilidade dessa categoria ao público em geral, decorrente da luta dos seringueiros. Os seringueiros passaram a ser reconhecidos como extrativistas durante o processo de implementação das primeiras reservas extrativistas no Brasil e, com a institucionalização do CNPT e de suas normatizações, passaram a ser definidos como *populações tradicionais*.

Para Almeida e Cunha (2001, p. 184) os povos indígenas não estariam incluídos na categoria *populações tradicionais*, tal como construída dentro da legislação do SNUC. Segundo eles, os povos indígenas já haviam sido reconhecidos pela legislação brasileira como coletividades distintas. De forma semelhante, Little (2002) afirma que na definição constitucional, os povos indígenas tiveram seus territórios – as chamadas terras indígenas – como uma categoria jurídica estabelecida pelo Estado brasileiro.

Assim, diferentemente do conceito de *populações tradicionais* que foi construído relacionado à idéia de equilíbrio sustentável dos recursos naturais, o que se consolidou na legislação brasileira foi a noção de que os direitos indígenas não seriam qualificados em termos de “conservação”, mesmo que suas terras fossem consideradas relevantes locais de conservação ambiental. Já a categoria *população tradicional*, à priori, está intimamente ligada à conservação dos ecossistemas e recursos naturais¹⁵.

¹⁴ Instrução Normativa nº 01, de 18 de setembro de 2007. Publicada no Diário Oficial da União, nº 182, Seção I, páginas 101 e 102 (Brasil, 2007).

¹⁵ Importa destacar que Almeida e Carneiro (2001, p. 187) enfatizam que as chamadas *populações tradicionais* não são necessariamente conservacionistas, crença que resultou, durante algum tempo, entre ideólogos do movimento ambiental e até de intelectuais, na essencialização do chamado “bom selvagem ecológico”. Esses autores argumentam que, em primeiro lugar, algumas coletividades podem seguir “regras culturais para o uso dos recursos naturais que dada a densidade populacional e o território em que se aplicam são sustentáveis”. E, em segundo lugar, eles consideram que, embora algumas “culturas tradicionais” já tenham articulado suas necessidades com a economia de mercado e encontrado mudanças no modo de vida, os mesmos não necessariamente provocarão uma superexploração dos recursos naturais já que “a situação equilibrada anterior ao contato, manteria um papel importante na conservação” (2001, p. 188).

A busca de reconhecimento oficial, por parte de determinados grupos sociais, do *status* de “população tradicional” é um processo de autoconstituição. Almeida e Cunha (2001, p 192) afirmam que, internamente, “esse processo autoconstituente requer o estabelecimento de regras, bem como de lideranças institucionais legítimas. Externamente, precisa de alianças com organizações externas, fora e dentro do governo”. Os autores lembram ainda que

a categoria de “populações tradicionais” é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo direitos territoriais (ALMEIDA e CUNHA, 2001, p. 192).

Parte dos moradores da área disputada para instalação do pólo siderúrgico, através de suas associações e lideranças, reivindica a condição de “população tradicional”, argumentando que praticam a pesca, coleta de mariscos, agricultura familiar, mantendo uma relação sustentável com os recursos ambientais, mantêm suas próprias formas de organização comunitária, ocupam ancestralmente a área, constituindo um modo de vida e uma cultura próprios. Além disso, os moradores do secular povoado Taim, em especial, por serem descendentes de escravos, poderiam reivindicar a condição de quilombolas, o que lhes garantiria, segundo o Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira de 1988, o direito ao território que ocupam. No entanto, como esta reivindicação excluiria outros povoados vizinhos, foi feita a opção pela luta por uma Reserva Extrativista.

Na área em questão, constituiu-se um território marcado por um modo de vida peculiar (cultura, sociabilidade, trabalho) adaptado às suas condições ecológicas, predominando economia polivalente, ou seja, agricultura, pesca e artesanato, constatando-se um calendário sazonal anual, conforme os recursos naturais explorados, normalmente, sob o regime familiar de organização do trabalho. A vasta extensão de manguezais e a existência de um modo de vida ancestralmente construído, com baixos índices de agressão ao meio, e que permite configurar a região como sendo um território ocupado por populações tradicionais com formas de utilização e apropriação de espaços e recursos naturais, envolvendo conhecimentos tradicionais, relações de reciprocidade e de parentesco, são os principais argumentos para justificar a criação da RESEX do Taim.

Desde as primeiras pesquisas exploratórias na área, quando foram feitos levantamentos preliminares sobre as características ocupacionais das famílias, as

informações indicam que grande parte da população se caracteriza por um modo de vida peculiar adaptado às condições ecológicas locais. Isto é, os grupos exploram tanto os recursos marinhos (crustáceos, pescados), encontrados nas vastas áreas de manguezais, nos rios e no mar, assim como, exploram as áreas de terra firme, constatando-se a prática da agricultura familiar em pequena escala, complementada com a criação de animais e a coleta de frutos. Essas atividades são desenvolvidas concomitantemente numa dinâmica sazonal, cuja orientação das atividades produtivas ainda é fortemente influenciada pelo “tempo da natureza” que por força da pressão mercantil e pela força do mercado imobiliário, aos poucos vem impondo um novo ritmo e uma nova dimensão temporal sobre esse modo de vida.

Sobre o nível de exploração na forma tradicional dos recursos, é possível afirmar a relativa conservação dos mesmos, dado o baixo impacto que esse modo de vida apresenta tendo em vista sua forma de manejar os ambientes produtivos. Em grande parte, as formas de manuseio dos ecossistemas se organizam conforme o ciclo de reprodução natural dos recursos, permitindo um impacto menor, se comparado às modalidades de exploração dominantes no contexto industrial de grandes proporções, voltada ao mercado.

Após a aprovação da mudança da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, a demanda pela instalação da Reserva Extrativista do Taim passou a se restringir às áreas de preservação permanente, que ficaram excluídas do novo trecho de Zona Industrial. O processo de instalação da Reserva cumpriu as fases, legalmente previstas, de elaboração de laudos biológicos e sócio-econômicos e de consulta pública à população, visando verificar se a demanda pela Reserva corresponde efetivamente à vontade dos agentes sociais envolvidos. Atualmente, encontra-se em uma das últimas fases previstas, que é o exame do processo por parte do Ministério do Meio Ambiente, após o que, dependerá apenas da sanção do Presidente da República.

2.3. O conflito social e a ambientalização do conflito

O interesse da pesquisa, cujos resultados parciais apresentamos aqui, desta forma, centrou-se nos impactos sociais e ambientais que o projeto do pólo siderúrgico, anunciado oficialmente como sendo de desenvolvimento e de modernização econômica, pode provocar. Governos, setores empresariais, organizações ambientais, grupos sociais em vias

de serem atingidos por políticas de desenvolvimento não são instâncias monolíticas. Da mesma forma que o debate público em torno da instalação do pólo siderúrgico em São Luís foi marcado pela polarização entre favoráveis e contrários a sua instalação, as várias instâncias que participam do debate também estavam permeadas por polarizações e dissensos (MENDONÇA, 2006).

Este estudo sobre o processo de instalação do pólo siderúrgico, com destaque para suas conseqüências sócio-ambientais, para a reação da população atingida e para a conseqüente disputa por território daí advinda, assume relevância por permitir uma análise do potencial de realização dos interesses dos vários agentes sociais envolvidos e, portanto, da possibilidade de garantia de ações de conservação ambiental e de manutenção do modo de vida de grupos sociais. Esta preocupação se faz necessária, sobretudo, pelo fato de que os planejamentos governamentais e empresariais de caráter modernizador e sob a bandeira do desenvolvimento econômico, normalmente, tendem a desconsiderar a história social e os vínculos afetivos entre os grupos sociais, o território e seus recursos.

A busca de legitimidade para a apropriação dos territórios típica dos grandes projetos de desenvolvimento, por tratar-se de normas que, na tentativa de manutenção do controle do meio ambiente para uso e exploração, muitas vezes, são alheias e subjugam as lógicas de uso da natureza dos grupos sociais que lutam pela Resex, confrontam-se com as práticas sócio-ambientais predominantes nestes grupos.

Diferentes lógicas de apropriação do território, seja dos povoados em questão, seja dos grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento, ou daqueles que se aliam aos mesmos, conduzem esse cenário de disputas para um “conflito ambiental”, entendido como resultante dos diferentes modos de significação do território, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que buscam legitimidade (ACSELRAD, 2004a). Na medida em que este conflito ambiental tem um de seus pilares na resistência de grupos sociais que visam garantir o uso e controle de seus territórios ancestrais e que, para tanto, incorporam em sua luta e em seus discursos a questão ambiental como instrumento de universalização de sua luta particular, podemos identificar um processo de “ambientalização de um conflito social” (LEITE LOPES, 2004). Essas diferenciadas formas de apropriação do meio ambiente são forjadas por atores sociais na

luta pela legitimidade de suas ações. Demonstram, ainda, que a criação das reservas extrativistas é resultado de toda uma construção sócio-histórica.

O projeto inicial do pólo siderúrgico operou com a noção de que a Amazônia brasileira é um grande vazio demográfico e cultural, provocando a invisibilidade de agentes e grupos sociais localizados nas áreas de interesse estratégico para grandes projetos de desenvolvimento. A reação de parte dos moradores demonstra que os mesmos não aceitam esta condição de invisibilidade e reivindicam um assento nas mesas de negociação cujas decisões interferem diretamente em seu modo de vida. Grupos ambientalistas e de organização popular surgem como aliados em seu processo de resistência, ajudando na aproximação entre as preocupações ambientais e sociais que, no Brasil, são articuladas no movimento socioambiental.

3 OBJETOS DE INVESTIGAÇÃO

O principal objetivo da pesquisa foi o de investigar o projeto de implantação do Pólo Siderúrgico na Ilha do Maranhão, município de São Luís-MA, suas conseqüências sócio-ambientais e sua relação com a instalação, em curso, da Reserva Extrativista do Taim.

Os objetivos específicos foram:

- registrar do debate público acerca da instalação do Pólo Siderúrgico, realizado através dos meios de comunicação, audiências públicas, assembléias, reuniões oficiais;
- levantar o noticiário local sobre a instalação do Pólo Siderúrgico e da documentação emitida por órgãos governamentais, empresas envolvidas e entidades de defesa de direitos humanos e de representação da população local;
- registrar as estratégias dos grupos locais quando confrontados com ameaças de destruição de sua reprodução social e da biodiversidade local, relacionada com a implantação do Pólo Siderúrgico;
- identificar as representações dos grupos locais relativas à expectativa de criação de uma Reserva Extrativista numa área de exploração sustentável dos recursos naturais;
- identificar as relações sociais mantidas entre os grupos locais e os órgãos oficiais no processo de negociação de implantação do Pólo Siderúrgico e de implementação da Reserva Extrativista;
- discutir a legislação ambiental referente às Unidades de Conservação, bem como compreender os aspectos referentes à proteção jurídica do manguezais, em âmbito federal e estadual, tendo em vista a presença desse ecossistema na área em estudo.

4 MÉTODOS DE TRABALHO ADOTADOS

O projeto, iniciando-se no mês de abril de 2005, foi previsto inicialmente para ser realizado no prazo de 02 (dois) anos. Devido às necessidades da pesquisa e graças à aprovação de recurso junto ao CNPq¹⁶, teve o seu prazo ampliado, com previsão para encerramento de suas atividades em julho de 2008. Nesta época, foi encaminhado um relatório acompanhado de prestação de contas ao CNPq, que foi devidamente aprovado. Como algumas atividades da pesquisa ainda continuavam pendentes, a mesma encerrou-se definitivamente em maio de 2009.

A operacionalização da pesquisa ao longo desses anos se fez através da revisão bibliográfica, da coleta sistemática de informações secundárias e da pesquisa de campo, lançando mão dos seguintes procedimentos metodológicos:

- revisão bibliográfica, relativa a: discussão teórica sobre modernidade, modernização, desenvolvimento, meio ambiente; grandes projetos de desenvolvimento e desenvolvimento na Amazônia; área prevista para instalação do pólo;
- mapeamento da área, procurando identificar as formas de apropriação e exploração do território e de seus recursos naturais;
- identificação e seleção de interlocutores da pesquisa;
- realização de entrevistas com uso de gravador, com utilização, em algumas entrevistas, da técnica de história de vida, procurando obter informações sobre a trajetória da família e elementos sobre a história do lugar;
- visitas aos ambientes de trabalho, observação do cotidiano e datas importantes, com o auxílio do diário de campo no registro etnográfico e o uso de máquina fotográfica;
- acompanhamento de notícias veiculadas na imprensa nacional e local;
- levantamento de panfletos, relatórios, documentos produzidos pelos diferentes agentes sociais envolvidos no debate público sobre a instalação do Pólo;
- entrevistas com diferentes agentes sociais envolvidos no debate público sobre a instalação do Pólo;

¹⁶ A partir de 03 de julho de 2006, a pesquisa passou a contar com recursos advindos de projeto aprovado em 15 de maio de 2006, através do Edital CNPq nº 061/2005 – Seleção pública de projetos de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

- acompanhamento e observação de audiências públicas, reuniões, assembléias e outros momentos de realização de debates públicos referidos ao Pólo Siderúrgico;
- levantamento da legislação ambiental brasileira, com destaque para as Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas (RESEXs);
- acompanhamento do processo oficial de instalação da RESEX do Taim;
- acompanhamento da participação da população local na discussão sobre a RESEX do Taim.

5 SUBPROJETOS VINCULADOS AO PROJETO DE PESQUISA “MODERNIDADE, DESENVOLVIMENTO E CONSEQÜÊNCIAS SÓCIO-AMBIENTAIS: A IMPLANTAÇÃO DO PÓLO SIDERÚRGICO NA ILHA DE SÃO LUÍS-MA”

Desde que foram tomadas as primeiras iniciativas no sentido da implantação do pólo siderúrgico na Ilha do Maranhão e as mesmas começaram a ocupar espaços crescentes na imprensa local e nos debates públicos, estudantes do Curso de Ciências Sociais, sob a orientação dos professores Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior e Msc. Elio de Jesus Pantoja Alves, realizaram esforços no sentido de reunir informações e coletar dados com vistas à realização de estudos sistemáticos sobre a temática.

Posteriormente, ganhou espaço o debate público acerca da implantação do pólo siderúrgico, bem como, da demanda apresentada pelas lideranças dos povoados em vias de serem atingidos de criação de uma Unidade de Conservação, a Reserva Extrativista Taim. Esta demanda surge com o intuito de buscar soluções que revertessem impactos sócio-culturais, ambientais e econômicos advindos da instalação e funcionamento de grandes empreendimentos já instalados na região e dos que poderiam vir a ser instalados.

Dessa forma, foram incorporadas às pesquisas até então realizadas, e que focalizavam predominantemente o processo de implantação do pólo siderúrgico, inquietações relacionadas à criação do que pode vir a ser a primeira Reserva Extrativista do município de São Luís.

Esta ampliação do objeto de estudo propiciou o desenvolvimento de uma pesquisa interdisciplinar, na qual estudantes de graduação e de pós-graduação de diferentes áreas de conhecimento passaram a integrar o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e desenvolver suas investigações científicas na temática relacionada a modernidade, meio ambiente e conseqüências socio-econômicas e ambientais decorrendo de grandes projetos de desenvolvimento.

Assim sendo, ao longo dos anos de 2005 a 2008, os seguintes subprojetos de pesquisa, vinculados ao projeto “Modernidade, desenvolvimento e conseqüências sócio-ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís - MA” foram ou estão sendo desenvolvidos por alunos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação, sob a

orientação e/ou acompanhamento dos professores do Departamento de Sociologia e Antropologia vinculados ao projeto:

Período	Bolsa/ Fomento	Subprojetos de Pesquisa
2005/2006	PIBIC/ UFMA	<p>Pesquisador: Bartolomeu Rodrigues Mendonça</p> <p>Curso: Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Pesquisa de Iniciação Científica: Depois da Marca: Cajueiro e a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís</p> <p>Orientador: Ms. Elio de Jesus Pantoja</p> <p>Situação: Concluída, relatório apresentado.</p>
2006	—	<p>Pesquisador: Allan de Andrade Sousa</p> <p>Curso: Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Estágio Curricular: O pólo siderúrgico de São Luís e a RESEX do Taim.</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluído, relatório apresentado.</p>
2005/2007	—	<p>Pesquisador: Márcio de Jesus Azevedo de Matos</p> <p>Curso: Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Pesquisa para Monografia: O pólo siderúrgico de São Luís e o modelo de desenvolvimento aplicado ao Maranhão.</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluída, defendida em maio/2007.</p>
2006/2007	PIBIC/ CNPQ	<p>Pesquisador: Rafael Bezerra Gaspar</p> <p>Curso: Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Pesquisa de Iniciação Científica: Modernidade, desenvolvimento e conseqüências sócio-ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluída, relatório apresentado.</p>

Período	Bolsa/ Fomento	Subprojetos de Pesquisa
2006/2007	BIC/ FAPEMA	<p>Pesquisadora: Ana Caroline Pires Miranda</p> <p>Curso: Graduação em Direito</p> <p>Pesquisa de Iniciação Científica: Pólo siderúrgico e conservação dos manguezais na Ilha de São Luís: um estudo da legislação ambiental</p> <p>Orientador: Ms. Elio de Jesus Pantoja</p> <p>Situação: Concluída, relatório apresentado.</p>
2007/2008	PIBIC/ CNPQ	<p>Pesquisador: Ana Maria dos Santos</p> <p>Curso: Graduação em Geografia</p> <p>Pesquisa de Iniciação Científica: A influência dos grandes empreendimentos na potencialidade hídrica do Taim: uma visão sobre a implantação do Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís – MA</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluída, relatório apresentado.</p>
2007/2008	PIBIC/ CNPQ	<p>Pesquisador: Fernanda Cunha de Carvalho</p> <p>Curso: Graduação em Geografia</p> <p>Pesquisa de Iniciação Científica: Grandes empreendimentos e grandes impactos sócio-ambientais: uma visão sobre a implantação do Pólo Siderúrgico da Ilha de São Luís – MA</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluída, relatório apresentado.</p>
2007/2008	BIC/ FAPEMA	<p>Pesquisadora: Elizângela Maria Barboza</p> <p>Curso: Graduação em Geografia</p> <p>Pesquisa de Iniciação Científica: Reserva Extrativista do Taim e a Educação Ambiental</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluída, relatório apresentado.</p>

Período	Bolsa/ Fomento	Subprojetos de Pesquisa
2007/2008	BIC/ FAPEMA	<p>Pesquisador: Rafael do Rêgo Barros Dantas</p> <p>Curso: Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Pesquisa de Iniciação Científica: A criação do Pólo Siderúrgico e da Reserva Extrativista do Taim na Ilha de São Luís diante da atual configuração sócio-ambiental</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluída, relatório apresentado.</p>
2007/2008	BIC/ FAPEMA	<p>Pesquisadora: Maiâna Roque da Silva Maia</p> <p>Curso: Graduação em Filosofia</p> <p>Pesquisa de Iniciação Científica: O processo de negociação da implantação do Pólo Siderúrgico e a implementação da Reserva Extrativista do Taim: uma avaliação</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluída, relatório apresentado.</p>
2007/2008	—	<p>Pesquisador: Allan de Andrade Sousa</p> <p>Curso: Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Pesquisa para Monografia: O espetáculo, a política e o meio ambiente</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluída, defendida em dez/2008</p>
2008	—	<p>Pesquisador: Eva Maria Pereira Souza</p> <p>Curso: Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Estágio Curricular: Projeto siderúrgico e a RESEX do Taim</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluído, relatório apresentado.</p>

Período	Bolsa/ Fomento	Subprojetos de Pesquisa
2007/2009	—	<p>Pesquisadora: Elena Steinhorst Damasceno</p> <p>Curso: Mestrado em Saúde e Ambiente</p> <p>Pesquisa para Dissertação de Mestrado: Valoração Econômica dos Bens e Serviços do Manguezal na Reserva Extrativista do Taim</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e Dr. Bruno Gueiros (Depto. de Ciências Aquáticas - UFMA)</p> <p>Situação: em andamento, defesa prevista para junho/2009</p>
2007/2009	IIEB/ BECA	<p>Pesquisador: Ana Caroline Pires Miranda</p> <p>Curso: Graduação em Direito</p> <p>Pesquisa de Iniciação Científica: Pólo siderúrgico e conservação dos manguezais na Ilha de São Luís: um estudo da legislação ambiental</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: Concluída, relatório apresentado.</p>
2007/2009	—	<p>Pesquisador: Fabiano Rocha Soares</p> <p>Curso: Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Subprojeto de Pesquisa / Monografia: As faces do mítico religioso na disputa sócio-territorial no povoado do Rio dos Cachorros</p> <p>Orientador: Prof. Bartolomeu Rodrigues Mendonça</p> <p>Situação: em andamento, defesa prevista para jun/2009</p>

Período	Bolsa/ Fomento	Subprojetos de Pesquisa
2007/2009	—	<p>Pesquisadora: Laiane Sousa Silva</p> <p>Curso: Graduação em Geografia</p> <p>Pesquisa para Monografia: Análise da fragilidade ambiental da Ilha de Tauá - Mirim, São Luís - MA</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e Dr. Antonio Cordeiro Feitosa</p> <p>Situação: em andamento, defesa prevista para jun/2009</p>
2007/2009	—	<p>Pesquisadora: Sislene Costa da Silva</p> <p>Curso: Mestrado em Ciências Sociais</p> <p>Subprojeto de Pesquisa / Dissertação de Mestrado: “FILHOS DO TAIM”: estratégias forjadas para defesa e uso de um território</p> <p>Orientador: Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior</p> <p>Situação: em andamento, defesa prevista para jun/2009</p>

6 ATIVIDADES DE ESTUDO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO DE PESQUISA (2005-2008)

6.1 Atividades iniciais

No início do projeto, as atividades se voltaram fundamentalmente para a revisão bibliográfica e o aporte teórico e conceitual da problematização do estudo, bem como para a elaboração e organização dos sub-projetos dos respectivos participantes e o processo de acompanhamento e orientação, importantes para o cumprimento das exigências institucionais que a pesquisa demanda. Após várias reuniões de trabalho da pesquisa, a coordenação, juntamente com os demais participantes, decidiu organizar um cronograma de atividades de caráter teórico e conceitual.

6.2 Reuniões semanais

As reuniões de estudos semanais visavam discutir mais profundamente os assuntos que envolvem a problemática ambiental, paradigmas e epistemologia em ciências humanas voltadas para o eixo temático do projeto. Assim, conforme o calendário acadêmico, o grupo estabeleceu um cronograma semanal de exposição, no qual os textos foram sendo expostos por membros do grupo, com a participação de todos. A bibliografia selecionada e discutida nas reuniões se tornou fundamental na formação teórica dos membros da pesquisa e na consolidação do grupo de estudo. Os textos e livros trabalhados, por ordem de apresentação, foram os seguintes:

- 1) CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo – Ed. Cultrix, 1982. (capítulo I e II)
- 2) VIOLA RECASENS, Andreu. **Antropologia del desarrollo**; Teorias y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 2000.
- 3) ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercer Mundo**; construcción y reconstrucción Del desarrollo. Trad. Diana Ochoa. Santa Fé de Bogotá: Norma, 1996. Cap. 1: introducción: El desarrollo y la antropología de la modernidad, pp. 19-49; Cap. 2: La problematización de la pobreza: la fabula de los três mundos y el desarrollo, pp. 51-111; Cap. 3: La economía e o espacio del desarrollo: fabulas del crecimiento y capital, pp. 113-198.
- 4) ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar. Globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais; Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

- 5) DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais; Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- 6) LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais; Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- 7) MIGNOLO, A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais; Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- 8) ACSERD, HENRI. **As Práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.
- 9) O'DWYER, Eliane Cantarino. Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: **Boletim da Rede Amazônia**, ano 1, nº 1, 2002.
- 10) DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- 11) LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm. Acessado em: 29/08/2007.
- 12) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- 13) MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. 1. Livro Primeiro: O processo de produção do capital (cap. 1 – A Mercadoria).
- 14) MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. **Limites do crescimento**. Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. 2ª ed. Trad. Inês M. F. LITTO. São Paulo: Perspectiva, 1978.

6.3 Exposições de pesquisa como troca de experiência

Com as discussões originadas e suscitadas a partir dos textos e livros selecionados, nas reuniões de estudos foi proposto que os membros da pesquisa apresentassem também suas experiências anteriores e as pesquisas em andamento no âmbito do projeto. Essas exposições tiveram como objetivo central a troca de experiência na elaboração e execução de projetos de pesquisas, destacando a problematização dos estudos, os procedimentos metodológicos e a operacionalização do trabalho de campo. Essa opção se deu em parte pela carência da discussão sobre metodologias de pesquisa em ciências humanas, principalmente pelo fato de que o grupo é integrado por estudantes de diferentes formações

acadêmicas: biologia, geografia, filosofia, direito, ciências sociais, entre os quais, há aqueles que já se encontram em curso de pós-graduação. A seguir descreveremos os temas expostos e os respectivos expositores.

1) Rafael Bezerra Gaspar : texto

O surgimento das Unidades de Conservação na cultura ocidental.

2) Ana Caroline Pires Miranda : texto

Relatório do plano de trabalho: Pólo siderúrgico e conservação dos manguezais na Ilha de São Luís: um estudo da legislação ambiental

3) Elio de Jesus Pantoja Alves: artigo enviado para publicação

Modo de vida e mudanças sociais em uma comunidade litorânea.

4) Bartolomeu Rodrigues Mendonça: texto

Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço.

5) Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior: artigo publicado.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Modernidade e tradição: aspectos de um debate sociológico sempre retomado. In: **Revista de Políticas Públicas**. vol 9, nº 2, 2005.

6) Elena Steinhorst Damasceno: texto

Subprojeto de Pesquisa Valoração Econômica dos Bens e Serviços do Manguezal na Reserva Extrativista do Taim.

6.4 Estudos, Planejamento e Avaliação do Projeto de Pesquisa

Além das reuniões semanais, o GEDMMA também desenvolveu as seguintes atividades de estudo, planejamento e avaliação:

Evento: I Oficina de Avaliação e Planejamento do Projeto de Pesquisa

Objetivos: Apresentar e discutir a proposição de constituição do grupo de estudos; estabelecer do formato e periodicidade das reuniões do grupo; preparar o plano de trabalho para o primeiro semestre de 2006 e escolher a Coordenação do Grupo.

Participantes: Membros do grupo.

Data: 19 de dezembro de 2005.

Evento: I Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente

Objetivos: Promover o lançamento do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA, que tem como proposta central o aprofundamento do debate sobre modernidade e desenvolvimento, com enfoque principal nos seus impactos sociais, culturais e ambientais na Amazônia Brasileira e no estado do Maranhão.

Participantes: Membros do grupo, comunidade acadêmica e demais interessados.

Data: 10 a 12 de julho de 2006.

Evento: II Oficina de Avaliação e Planejamento do Projeto de Pesquisa

Objetivos: Avaliar as atividades programadas no último encontro de planejamento; discutir as diretrizes centrais do Grupo: Pesquisa, Extensão, Formação Interna; avaliar o formato e

periodicidade das reuniões do Grupo; preparar o plano de trabalho para o segundo semestre de 2006; eleger a nova Coordenação do Grupo.

Participantes: Membros do Grupo

Data: 06 de agosto de 2006.

Evento: I Sessão Sacatrapo*

Objetivos: Discutir com o líder do povoado do Taim, Alberto Cantanhede, acerca da instalação, em curso, da Reserva Extrativista do Taim.

Participantes: Membros do grupo, comunidade acadêmica e demais interessados.

Data: 29 de setembro de 2006.

Evento: II Sessão Sacatrapo

Objetivos: Debater a noção de campo em Pierre Bourdieu, com o palestrante Prof. Dr. Igor Gastal Grill (Depto. de Sociologia e Antropologia/UFMA).

Participantes: Membros do grupo, comunidade acadêmica e demais interessados.

Data: 12 de março de 2007

Evento: Criação do Comitê de Apoio à Implantação da Reserva Extrativista do Taim

Objetivos: Formar o “Comitê de Apoio a Resex do Taim” na Universidade Federal do Maranhão, que tem por objetivo propor e discutir ações que divulguem a importância da instalação da Reserva Extrativista na Ilha de São Luís, visando tanto a conservação dos recursos naturais quanto dos modos de vida tradicionais da população local.

Participantes: Membros do grupo, comunidade acadêmica e demais interessados.

Data: 10 de maio de 2007.

Evento: III Oficina de Avaliação e Planejamento do Projeto de Pesquisa

Objetivos: Identificar os objetivos de cada pesquisador dentro do projeto; planejar as atividades (individuais e do grupo) a serem realizadas no âmbito do projeto e discutir os mecanismos que possibilitem o acompanhamento, por parte dos coordenadores, dos demais pesquisadores e das atividades planejadas.

Participantes: Membros do Grupo

Data: 17 de setembro de 2007.

Evento: III Sessão Sacatrapo

Objetivos: Apresentar e discutir a dissertação defendida no Mestrado em Agroecologia da UEMA intitulada: “O conhecimento tradicional quilombola e suas interações com o uso dos recursos ambientais na Reserva Extrativista do Quilombo Frechal, Município de Mirinzal – MA”, da mestrandia Regina Helena Bernardes.

Participantes: Membros do grupo, comunidade acadêmica e demais interessados.

Data: 08 de novembro de 2007.

Evento: IV Oficina de Avaliação e Planejamento do Projeto de Pesquisa

Objetivos: Avaliar as atividades já realizadas e acompanhar os subprojetos individuais vinculados ao projeto de pesquisa.

* As Sessões Sacatrapo são eventos públicos promovidos pelo GEDMMA, com o objetivo de discutir temas específicos, assistir e discutir filmes relacionados com a questão socioambiental; realizar palestras ministradas por lideranças locais ou estudiosos. Estas sessões não têm periodicidade definida.

Participantes: Membros do grupo

Data: 10 de novembro de 2007.

Evento: V Oficina de Avaliação e Planejamento do Projeto de Pesquisa

Objetivos: Avaliar das atividades já realizadas e acompanhar os subprojetos individuais vinculados ao projeto de pesquisa.

Participantes: Membros do grupo

Data: 28 de janeiro de 2008.

Evento: VI Oficina de Avaliação e Planejamento do Projeto de Pesquisa

Objetivos: Avaliar das atividades já realizadas e acompanhar os subprojetos individuais vinculados ao projeto de pesquisa.

Participantes: Membros do grupo

Data: 17 de maio de 2008.

Evento: VII Oficina de Avaliação e Planejamento do Projeto de Pesquisa

Objetivos: Apresentar e discutir os artigos elaborados a partir dos subprojetos individuais, com resultados da pesquisa, com vistas a publicação do livro.

Participantes: Membros do grupo

Data: 02, 09, 23 e 30 de setembro de 2008.

7 RESULTADOS E PRODUTOS DA PESQUISA JÁ FINALIZADOS

Como resultados da pesquisa, realizada ao longo de 04 (quatro) anos, podemos relacionar os seguintes produtos, já finalizados: 18 resumos publicados em anais de eventos científicos regionais e locais; 15 resumos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais; 07 trabalhos completos publicados em anais de eventos internacionais e nacionais; 04 artigos publicados em periódicos científicos; 01 capítulo de livro publicado; 10 relatórios de pesquisa de iniciação científica; 07 monografias de conclusão de curso de graduação; 02 relatórios de Estágio Curricular. Como frutos do processo de pesquisa, também, foram ministrados 17 palestras, conferências, mesas redondas ou mini-cursos; 02 Grupos de Trabalho ou similares em eventos científicos foram organizados por pesquisador do GEDMMA e um dos coordenadores do Grupo foi delegado do Maranhão na III Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Abaixo, relacionamos os trabalhos apresentados e publicados e atividades realizadas pelos professores e alunos que integram o grupo de estudos.

7.1 Resumos publicados em anais de eventos científicos regionais e locais

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Cajueiro: das famílias tradicionais ao pólo siderúrgico, uma análise sócio-cultural e política. In: 1º Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão da UFMA. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís: EDUFMA, 2004. p.175.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Cajueiro e Taim: etnodesenvolvimento sustentável ou desenvolvimento moderno? In: **II Encontro Estadual de História: História e historiadores hoje - Cadernos de Resumos**. São Luís: EDUFMA, 2004. p. 47 – 48

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; MATOS, Marcio Azevedo. Pólo siderúrgico: emprego e "desenvolvimento" versus *modus vivendi* de populações tradicionais, uma análise sócio-cultural e política. In: **4º Encontro Humanístico**. São Luís: EDUFMA, 2004.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Produção mundial de aço versus comunidade local. In: **Anais do V Encontro Humanístico**. São Luís: EDUFMA, 2005.

GASPAR, Rafael Bezerra. Reserva Extrativista do Taim: uma análise sociológica das disputas territoriais e dos conflitos ambientais. **VI Encontro Humanístico - Caderno de Resumos**. São Luís: EDUFMA, 2006. pp. 109-110.

MAIA, Maiãna Roque da Silva; MIRANDA, Ana Caroline Pires. Pólo Siderúrgico e Resex do Taim: uma avaliação do processo de negociação da implantação. In: **VI Encontro Humanístico - Caderno de Resumos**. São Luís: EDUFMA, 2006. p. 236.

SOUSA, Allan de Andrade; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Democracia Participativa e Meio Ambiente: o caso da Reserva Extrativista do Taim. In: **VI Encontro Humanístico - Caderno de Resumos**. São Luís: EDUFMA, 2006. p. 195.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. MAIA, Maiâna Roque da Silva. Pólo Siderúrgico e conservação de manguezais na Ilha de São Luís: um estudo da legislação ambiental. In: **VI Encontro Humanístico - Caderno de Resumos**. São Luís: EDUFMA, 2006.

ARAÚJO, Raimundo N. G.; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. A noção de subdesenvolvimento: uma realidade falseada. In: **VI Encontro Humanístico - Caderno de Resumos**. São Luís: EDUFMA, 2006. p. 63-64.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. In: **Anais Semana 20 Anos do Curso de Ciências Sociais da UFMA**. São Luís: EDUFMA, 2006.

GASPAR, Rafael Bezerra. Assimetria no uso e controle do território: Conflito sócio-ambiental na criação da reserva extrativista do Taim. In: **Cadernos de Resumos do II Foro de Ciências Sociais e Humanas**. São Luís: EDUFMA, 2007.

MAIA, Maiâna Roque da Silva. O processo de negociação da implantação do Pólo Siderúrgico em São Luís e a Resex do Taim. In: **Cadernos de Resumos do XIX Seminário de Iniciação Científica da UFMA – SEMIC**. São Luís: EDUFMA, 2007.

MAIA, Maiâna Roque da Silva. MIRANDA, Ana Caroline Pires. Disputas territoriais e conflitos ambientais no processo de implementação da Reserva Extrativista do Taim, São Luís – MA. In: **Cadernos de Resumos do II Foro de Ciências Sociais e Humanas**. São Luís: EDUFMA, 2007.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. Pólo siderúrgico e conservação dos manguezais na Ilha de São Luís: um estudo da legislação ambiental. In: **Cadernos de Resumos do XIX Seminário de Iniciação Científica da UFMA – SEMIC**. São Luís: EDUFMA, 2007.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. O natural e o simbólico: anotações sobre disputas prático-conceitual da idéia de natureza. In: **II Foro de Ciências Sociais e Humanas**. Paradigmas emergentes nas ciências sociais e humanas. São Luís: EDUFMA, 2007.

GASPAR, Rafael Bezerra. Um debate socioambiental: Análise das relações entre projetos de desenvolvimento e a criação da Reserva Extrativista do Taim na Ilha de São Luís. In: **XIX Seminário de Iniciação Científica da UFMA**. São Luís: EDUFMA, 2007.

CARVALHO, Fernanda Cunha de; SANTOS, Ana Maria P.; ALMEIDA, Thayse Cipriano de. Potencialidades dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão. In: **XXVI EREGENE**. Fortaleza, 2007.

SILVA, Sislene Costa da. Do conflito de terra à constituição da união de moradores do Taim. In: **VII Encontro Humanístico**. São Luís: EDUFMA, 2007. v. 5. p. 248.

7.2 Resumos publicados em anais de eventos científicos internacionais e nacionais

SOUSA, Allan de Andrade, MENDONÇA, Bartolomeu, GASPAR, Rafael Bezerra. Socioambientalismo e as reservas extrativistas maranhenses. In: **XXIV Reunião Brasileira de Antropologia - Programa e Resumos**. Olinda-PE: ABA, 2004. pp. 483 –

484.

MENDONÇA, Bartolomeu; MATOS, Márcio de Jesus Azevedo de; SOARES, Fabiano Rocha; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Cajueiro: pólo siderúrgico e desestabilização social. In: **Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC**. Fortaleza, 2005.

MENDONÇA, Bartolomeu. Pólo siderúrgico de São Luís: implementação, histórico e conseqüências. In: **Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC**. Fortaleza, 2005.

MENDONÇA, Bartolomeu, CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. Siderurgia e populações tradicionais: o caso de Cajueiro In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte, 2005.

MENDONÇA, Bartolomeu, MATOS, Márcio de Jesus Azêvedo de; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Cajueiro e o pólo siderúrgico de São Luís: uma abordagem sócio-antropológica In: **Anais XXV Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia – ABA**. Goiânia, 2006.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Pólo siderúrgico e conseqüências sócio-ambientais. In: **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito. 2006. v. 1. pp. 427-428.

GASPAR, Rafael Bezerra. Território e conflito ambiental: representações em disputa na criação de uma reserva extrativista. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Pólo Siderúrgico, Reserva Extrativista e disputa por territórios. In: **30ª REunião Anual da ANPOCS**. Caxambu - MG, 2006.

MENDONÇA, Bartolomeu. Em tempo de resistência: movimentos sociais entre as lutas e os signos hegemônicos. In: **Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas - Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**. São Luís, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; GASPAR, Rafael Bezerra. Reserva Extrativista do Taim: disputas territoriais e projetos de desenvolvimento. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas - Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**. São Luís: EDUFMA, 2007. v. 1. p. 1-17.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. MENDONÇA, Bartolomeu, MAIA, Maiãna Roque da Silva, ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Conflitos ambientais no processo de implantação da reserva extrativista do Taim: uma abordagem sócio-jurídica In: **Anais da 59ª Reunião Anual da SBPC**. Belém, 2007.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Disputas de representações e classificações da natureza. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Desigualdade, diferença, reconhecimento. Recife, 2007.

SILVA, Sislene Costa da. A tradução da tradição: uma análise discursiva acerca das representações de identidade étnica na comunidade do Taim. In: **Anais da 59ª Reunião Anual da SBPC**. Belém, 2007.

CARVALHO, Fernada Cunha de. Grandes empreendimentos e grandes impactos sócio-ambientais: Uma visão sobre a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís - MA. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos**. São Paulo, 2008.

SANTOS, Ana Maria Pereira dos. Avaliação dos impactos ambientais nos recursos hídricos do Povoado Taim - MA. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos**. São Paulo, 2008.

7.3 Trabalhos completos publicados em anais de eventos internacionais e nacionais

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Pólo Siderúrgico, Reserva Extrativista e disputa por territórios. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu – MG, 2006.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Pólo Siderúrgico e conseqüências sócio-ambientais. In: **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito, 2006. v. 1.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; GASPAR, Rafael Bezerra. Reserva Extrativista do Taim: disputas territoriais e projetos de desenvolvimento. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas - Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**. São Luís : EDUFMA, 2007. v. 1. p. 1-17.

MENDONÇA, Bartolomeu. Em tempo de resistência: movimentos sociais entre as lutas e os signos hegemônicos. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas - Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**. São Luís : EDUFMA, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; Silva, Sislene Costa da. Grandes projectos de desenvolvimento Conflito sócio-ambiental e o povoado do Taim São Luís-MA. In: **X Congresso Luso-Afro-Brasileiro - Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto- Livro de Resumos**. Braga - Portugal : Universidade do Minho, 2009. v. 1. p. 110-110.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; AQUINO, Maria José da Silva. FERRO, CANGA , MANGUE: Conservação Ambiental e Exploração Mineral na Amazônia Brasileira. In: **X Congresso Luso-Afro-Brasileiro - Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto- Livro de Resumos**. Braga - Portugal : Universidade do Minho, 2009. v. 1. p. 334-334.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; MUNIZ, Lenir Moraes . Desenvolvimento sustentável: uma discussão sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: **X Congresso Luso-Afro-Brasileiro - Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto- Livro de Resumos**. Braga - Portugal : Universidade do Minho, 2009. v. 1. p. 116-116.

7.4 Artigos publicados em periódicos

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Modernidade e tradição: aspectos de um debate sociológico. In: **Revista de políticas públicas**. v. 9, n. 2, São Luís - MA, 2005. pp. 19-39,

ALVES, E. Mudanças e continuidades no aviação da pesca artesanal. In: **Boletim EMUS. Pará**. Emílio Goeldi Ciências Humanas. V. I, Nº 2, Belém, maio/ago. 2006. pp. 65-76.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Bendix e a dicotomia entre tradição e modernidade. In: **Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA)**. v. 3, São Luís, 2006. pp. 41-58.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de desenvolvimento, impactos sócio-ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5. Número Especial. Semestral. pp. 29-40.

7.5. Capítulo de livro

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. ; AQUINO, Maria José da Silva . FERRO, CANGA , MANGUE: Conservação Ambiental e Exploração Mineral na Amazônia Brasileira. In: Sergio Figueiredo Ferretti; José Ricardo Ramalho. (Org.). *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. 1 ed. São Luís: EDUFMA, 2009, v. 1, p. 45-71.

7.6 Relatórios de iniciação científica

MENDONÇA; Bartolomeu Rodrigues. **Depois da Marca: Cajueiro e a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís**. Relatório Iniciação Científica apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Bolsa PIBIC/CNPq. São Luís: 2006.

GASPAR, Rafael Bezerra. **Modernidade, desenvolvimento e conseqüências sócio-ambientais: a implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luis-MA**. Relatório Iniciação Científica apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Bolsa PIBIC/CNPq. São Luís: 2007.

MAIA, Maiâna Roque da Silva. **O Processo de negociação da implantação do pólo siderúrgico e a implementação da Reserva Extrativista do Taim: uma avaliação**. Relatório Iniciação Científica apresentado à Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Bolsa BIC/FAPEMA. São Luís: 2007.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. **Pólo siderúrgico e conservação dos manguezais na Ilha de São Luís: um estudo da legislação ambiental**. Relatório Iniciação Científica apresentado à Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Bolsa BIC/FAPEMA. São Luís: 2007.

SANTOS, Ana Maria dos. **A influência dos grandes empreendimentos na potencialidade hídrica do Taim: uma visão sobre a implantação do Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís – MA**. Relatório Iniciação Científica apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Bolsa PIBIC/CNPq. São Luís: 2008.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Grandes empreendimentos e grandes impactos sócio-ambientais: uma visão sobre a implantação do Pólo Siderúrgico da Ilha de São Luís – MA**. Relatório Iniciação Científica apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Bolsa PIBIC/CNPq. São Luís: 2008.

BARBOZA, Elizângela Maria. **Reserva Extrativista do Taim e a Educação Ambiental**. Relatório Iniciação Científica apresentado à Fundação de Amparo a Pesquisa e ao

Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Bolsa BIC/FAPEMA. São Luís: 2008.

MAIA, Maiâna Roque da Silva. **O processo de negociação da implantação do Pólo Siderúrgico e a implementação da Reserva Extrativista do Taim: uma avaliação.** Relatório Iniciação Científica apresentado à Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Bolsa BIC/FAPEMA. São Luís: 2008.

DANTAS, Rafael do Rêgo Barros. **A criação do Pólo Siderúrgico e da Reserva Extrativista do Taim na Ilha de São Luís diante da atual configuração sócio-ambiental.** Relatório Iniciação Científica apresentado à Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Bolsa BIC/FAPEMA. São Luís: 2008.

Ana Caroline Pires Miranda. **Pólo siderúrgico e conservação dos manguezais na Ilha de São Luís: um estudo da legislação ambiental.** Relatório Iniciação Científica apresentado à Bolsa de Estudos para a Conservação da Amazônia/Instituto Internacional de Educação do Brasil (BECA/IIEB). São Luís, 2009.

7.7 Monografias de conclusão de curso

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço.** Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2006.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O Taim e a criação da Reserva Extrativista: Um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente.** Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2007.

MATOS, Márcio de Jesus Azevedo de. **O pólo siderúrgico de São Luís e o modelo de desenvolvimento aplicado ao Maranhão.** Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2007.

BARBOZA, Elizângela Maria. **Reserva Extrativista do Taim e a Educação Ambiental: o Povoado Rio dos Cachorros – São Luís (MA).** Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2008.

SANTOS, Ana Maria dos. **Análise Geoambiental das sub-bacias do Rio dos Cachorros-São Luís(MA).** Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2008.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Ordenamento territorial e impactos sócio-ambientais no Distrito Industrial de São Luís - Maranhão.** Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2008.

SOUSA, Allan de Andrade. **O Meio Ambiente, a Política e o Espetáculo: A Lei de Zoneamento e o Projeto do Pólo Siderúrgico de São Luís.** Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2008.

7.8 Relatórios de Estágio Curricular

SOUSA, Allan de Andrade. **O pólo siderúrgico de São Luís e a RESEX do Taim**. Relatório de Estágio Curricular apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2006.

SOUZA Eva Maria Pereira. **Projeto siderúrgico e a RESEX do Taim**. Relatório de Estágio Curricular apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2008.

7.9 Palestras, conferências, mesas redondas, mini-cursos

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. A pesquisa sobre conflitos sociais (Mesa Redonda). In: **II Jornada Maranhense de Sociologia** (Promovida pela Sociedade Brasileira de Sociologia e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFMA). São Luís, 2006.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. O Porto do Itaqui e seus impactos (debatedor em Mesa de Debates). In: **Semana da engenharia e Arquiteutura 2006** (promovida pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão). São Luís, 2006.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Modelos de desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais na Amazônia (Palestra). In: **III Jornada Maranhense de Sociologia** (Promovida pela Sociedade Brasileira de Sociologia e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da UFMA). São Luís, 2006.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Projetos de Desenvolvimento e reservas extrativistas no Maranhão (Mesa Redonda). In: **VI Encontro Humanístico**. São Luís, 2006.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Identidade étnica e meio ambiente (Palestra). **I Colóquio: Cultura, Identidade e Turismo** (Promovido pela Reitoria Palácio Cristo Rei – UFMA). São Luís, 2006.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Uma releitura da noção de desenvolvimento (Palestra). In: **Grupo de Pesquisa Relações de Trabalho, Poder e Ecologia**, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/URRJ). Rio de Janeiro, 2006

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Presença Humana e conservação Ambiental (Palestra). In: **II Ciclo das águas** (Promovido pelo Curso de Ciências Aquáticas da UFMA). São Luís, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Rever o modelo econômico e o processo de mercantilização da vida. Grandes Projetos ou ilusão? (Oficina com 20h/aula). In: **XIII Semana Teológica do Instituto de Estudos Superiores do Maranhão**. São Luís, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Os desafios ambientais e a construção de uma nova epistemologia (Mesa Redonda). In: **II Foro de Ciências Sociais e Humanas**. São Luís, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. A questão do desenvolvimento regional no Brasil (Mesa Redonda). In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas - Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**. São Luís, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Discutindo a noção de desenvolvimento (Palestra). In: **Seminário de Estudos Temáticos do Programa de Assessoria Técnica, Ambiental e Social – ATES** (Promovido pela Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica – COOSPAT). São Luís, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Atores e projetos dos socioambientalismo na Amazônia brasileira (Mesa Redonda). In: **31º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. A pesquisa em Ciências Sociais e o meio ambiente. In: **Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia, 2008.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Políticas Públicas de Meio Ambiente. In: **Curso de pós Graduação Lato Sensu em Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia, 2008.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. As ciências sociais e a questão sócio-ambiental: possibilidades de pesquisa e de atuação profissional. In: **Um dia para a Antropologia**. UNISULMA - Unidade de Ensino Superior do Maranhão. Imperatriz - MA2008.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; MUNIZ, Lenir Moraes ; SILVA, Sislene Costa da . Mini-Curso: Desenvolvimento sustentável e populações tradicionais. **VI Semana de Geografia** - Globalização da natureza: paradigmas e alternativas para o século XXI. C.A. de Geografia e Empresa Júnior de Geografia. São Luís, 2008.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. O Povoado do Taim e grandes empreendimentos industriais: ameaças de deslocamento, disputas territoriais e conservação ambiental. **II Reunião Científica: trabalho escravo e questões correlatas**. Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo/NEPP-DH/UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

7.10 Coordenação de Grupos de Trabalhos ou similares, em eventos científicos

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Coordenador de Comunicação Oral do Eixo Temático Ecologia e Meio-Ambiente. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas - Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI**. São Luís, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Grupo de Trabalho Sociedade e Ambiente. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, 2007.

7.11 Delegação em Conferência Nacional

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Delegado, representando o estado do Maranhão. In: **III Conferência Nacional do Meio Ambiente**. Brasília, 2008

8 RESULTADOS E PRODUTOS DA PESQUISA EM ANDAMENTO

Alguns produtos da pesquisa ainda estão em andamento. Até o final do primeiro semestre de 2009, estão previstos 02 monografias de conclusão de curso de graduação; 02 dissertações de mestrado e a publicação de 01 livro, com artigos elaborados pelos diversos professores e alunos envolvidos no processo de pesquisa, bem como alguns autores convidados, para cuja publicação já há destinação de recursos.

Abaixo, relacionamos os trabalhos que estão sendo elaborados.

8.1 Monografias de conclusão de curso

SOARES, Fabiano Rocha. **As faces do mítico religioso na disputa sócio-territorial no povoado do Rio dos Cachorros**. Monografia a ser apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Previsão para junho de 2009.

SILVA, Laiane Sousa. **Análise da fragilidade ambiental da Ilha de Tauá - Mirim, São Luís – MA**. Monografia a ser apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão. Previsão para junho de 2009.

8.3 Dissertações de Mestrado

DAMASCENO, Elena Steinhorst. **Valoração Econômica dos Bens e Serviços do Manguezal na Reserva Extrativista do Taim**. Dissertação a ser apresentada ao Mestrado em Saúde e Ambiente da UFMA. Previsão para junho de 2009.

SILVA, Sislene Costa da. **“Filhos do Taim”: estratégias forjadas para defesa e uso de um território**. Dissertação a ser apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da UFMA. Previsão para junho de 2009.

8.4 Livro

O livro planejado ainda não tem um título escolhido. Mas os artigos que o comporão tiveram sua primeira versão elaborada e, após terem sido apresentados e debatidos em oficinas do GEDMMA, encontram-se em fase de revisão por seus autores, para posterior encaminhamento para a revisão final. A obra será composta pelos seguintes artigos:

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Introdução**.

BARBOZA, Elizângela Maria; DAMASCENO, Elena Steinhorst. **O homem e o manguezal: percepções ambientais e expectativa de efetivação da Reserva Extrativista do Taim (São Luís – MA)**.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Ordenamento territorial e impactos sócio-ambientais no Distrito Industrial de São Luís - Maranhão.**

DANTAS, Rafael do Rêgo Barros. **A criação do Pólo Siderúrgico e da Reserva Extrativista do Taim na Ilha de São Luís diante da atual configuração sócio-ambiental.**

GASPAR, Rafael Bezerra. **Identidade e diferença: Considerações em torno da constituição e manipulação da categoria *populações tradicionais*.**

GOMES, Antonio Marcos. **A Questão Ambiental numa Indústria de Alumínio.**

LIMA, Raphael Jonathas da C. **Movimentos Sociais e Desenvolvimento: o Reage São Luís e a experiência sinérgica de produção de capital social no Maranhão.**

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Tempo do aço: modernidade, desenvolvimento e progresso na Amazônia Legal brasileira.**

MIRANDA, Ana Caroline Pires. **Unidades de conservação da natureza x indústrias potencialmente poluidoras: o caso da implantação da Reserva Extrativista do Taim.**

MUNIZ, Lenir Moraes. **Desenvolvimento sustentável: análise de uma proposta para a busca da sustentabilidade global.**

SANTOS, Ana Maria dos. **Análise Geoambiental das sub-bacias do Rio dos Cachorros-São Luís(MA).**

SILVA, Sislene Costa da. **Formas de Apropriação dos Espaços e Recursos Naturais e Relações de Sociabilidade na Comunidade Taim, São Luís – MA.**

REFERÊNCIAS

ACSERALD, HENRI. **As Práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004a.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004b.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto, 1996. pp. 30-35.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de e CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, *et.al.* (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p.92-107.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. pp. 29-40.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. nº 182, Seção I, Brasília: 2007. pp. 101 e 102.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília: MMA/SBF, 2000.

BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. pp. 223-250.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. In: CASTRO E. e MARIN, R. A. (Orgs.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989. pp. 151-192.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia. In: GONÇALVES, F (Org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** São Luís: CPT/Estação Gráfica, 1995. pp. 107-134.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999a.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais; Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

EISENSTADT, Shmuel. N. (org.) **Patterns of Modernity.** Londres: Frances Pinter, 1987. Vol. II - Beyond the West.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo.** Barcelona: Norma, 1996.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: Globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais; Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp.133-168.

FORUM CARAJÁS. **Informe 2005 DHESC - Pólo Siderurgico no Maranhão.** Disponível em: www.forumcarajas.org.br/documentos. Publicado em 11/05/2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais; Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, 2001, vol. 7, nº 1 (ene.-abr.), pp 149-160.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm. Acessado em: 29/08/2007.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se tornar uma Política do Ressentimento.** Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB), 2006. Tese de Doutorado. Disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/cataltesdo.htm>. Acessado em: 28/07/2007.

- LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). **A “ambientalização” dos conflitos sociais;** participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.
- MARX, K. **O capital.** Crítica da economia política. Vol. 1, São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro Primeiro. O processo de produção do capital (cap. 1 – a mercadoria).
- MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. **Limites do crescimento.** Um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade. 2ª ed. Trad. Inês M. F. LITTO. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro:** entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. São Luís: UFMA, 2006. Monografia de Graduação.
- MIGNOLO, A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e Ciências Sociais; Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.** Brasília, 2006. Disponível em www.mma.gov.br. Acessado em: 19/06/2007.
- MONTEIRO, Maurílio. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás.** Belém: UFPA/NAEA, 1997. In 183-222
- MONTEIRO, Maurílio. Sidero-metalurgia e carvoejamento na Amazônia Oriental brasileira. In: XIMENES, Tereza (Org.). **Cenários da industrialização na Amazônia.** Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, 1995. pp. 49-104.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: **Boletim da Rede Amazônia**, ano 1, nº 1, 2002.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 2ª ed. Trad. Fanny WROBEL. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp. 335-370.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania:** a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC, EDUFAC, 2004.
- SANT'ANNA, Renata. Populações humanas em unidades de conservação. In: **Boletim Rede Amazônia.** Ano 2, nº1. Rio de Janeiro, 2003. pp. 117-123.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções:** os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp.317-340.
- VIOLA RECASENS, Andreu. **Antropologia del desarrollo;** Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona-Buenos Aires-México, Paidós, 2000.

WAGNER, Peter. **A sociology of modernity**; liberty and discipline. Londres: Routledge, 1994.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

www.icmbio.gov.br (Consultado na Internet em 12 de outubro de 2008).

www.ibama.gov.br (Consultado na Internet em 12 de dezembro 2005 e 12 de outubro de 2008).

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm (Consultado na Internet em 20/06/2007).